

GRAN
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-Graduação em
Segurança Pública e
Direito Penitenciário





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
Segurança Pública e Direito Penitenciário.....	6
Destaques do curso.....	6
Público-alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	9
FAQ do curso	12
Diferenciais tecnológicos	13
Ingresso	14

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

CONHEÇA NOSSA

METODOLOGIA

Cursos 100% EaD
compostos por três
módulos, liberados
progressivamente a cada
60 dias.

Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,
com videoaulas, aulas
interativas ao vivo, *slides* e
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 06 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Prof. Felipe Leal
Coordenador

Graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (2003), Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá (2012), Doutor em Direito Policial na Universidade do Porto/Portugal (2017-2022), com reconhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em 2005, ingressou na Polícia Federal como Papiloscopista Policial Federal. Em 2006, tornou-se Delegado de Polícia Federal e chefiou Delegacias Especializadas na Repressão ao Tráfico de Drogas/PA (2006-2007), na Repressão aos Crimes Ambientais/AP (2008-2010) e na Repressão a Crimes Financeiros/PB (2011-2012). Atuou, ainda, como Chefe do Núcleo de Inteligência em Pernambuco (2013-2014). Em seguida, foi designado como membro do Grupo de Inquéritos junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça (2015-2016), sendo convidado a assumir a Divisão de Contraineligência da Polícia Federal em Brasília (2016-2017). Em 2020, foi designado chefe do Serviço de Inquéritos junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça. Em 2021, assumiu temporariamente a chefia do Serviço de Pesquisa e Publicações da Academia Nacional de Polícia. Atualmente, é chefe da Divisão Nacional de Repressão à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos, representante da Polícia Federal no GAFILAT e no GAFI, além de professor em Faculdades de Direito e em cursos de pós-graduação, professor e tutor da Academia Nacional de Polícia. Membro do Instituto Brasileiro de Execução Penal e Membro da Academia Latinoamericana de Derecho Penal Penitenciario.

SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITO PENITENCIÁRIO



A Segurança Pública revela-se um direito fundamental à ordem jurídica e à proteção social, sem o qual não há como a sociedade exercer os demais direitos, em sua plenitude e dimensões. Cabe aos profissionais atuantes na área envidar seus esforços para garantir a inviolabilidade da Segurança Pública, porém os esforços envidados nesse sentido restam demasiadamente frustrados, resultando em um quadro atual de perigo e de dano jurídico-policial, pondo em risco concreto não apenas a sociedade, mas também as suas próprias instituições.

À vista disso, a Segurança Pública, como espécie do gênero segurança interna, compreende os meios continuamente destinados a prevenir o dano ou o potencial perigo de dano e a reprimir condutas transgressoras, se concretizada a lesão, contribuindo para a ordem pública e a salvaguarda das instituições democráticas.

Atuar na Segurança Pública reclama um conhecimento transversal e aprofundado em variados temas, dentre os quais, neste curso, temos em particular relevância o Sistema Prisional, objetivando desenvolver as competências e habilidades necessárias para a execução das atividades de policiamento penal.

DESTAQUES DO CURSO

Análise dos diversos tipos penais;

Melhor compreensão quanto à execução penal nos estabelecimentos prisionais;

Capacitar o profissional para atuação no Policiamento Penal.



PÚBLICO-ALVO

Profissionais da Área de Segurança Pública.
Advogados. Defensores Públicos. Promotores.
Procuradores. Juízes.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Segurança Pública e Direito Penitenciário tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. É ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das *EdTechs*.

MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Direito e Garantias Fundamentais e sua Interface com Outros Ramos do Direito	25h
02	Direito Administrativo	25h
03	Segurança Orgânica	20h
04	Análise de Riscos	20h
05	Medidas Cautelares, Prisão Processual e Liberdade Provisória	20h
06	Sistemas de Justiça Criminal	50h
07	Noções de Direito Penal	15h
08	Legislação Especial	15h
09	Execução Penal	30h
10	Inteligência Penitenciária	25h
11	Gerenciamento de Crises e Mediação de Conflitos no Sistema Prisional	25h
12	Políticas Públicas no Sistema Prisional	25h
13	Procedimento Disciplinar Aplicado ao Preso	25h
14	Custódia de Grupos Específicos no Sistema Prisional Brasileiro	25h
15	Políticas Sociais de Atenção à Pessoa Egressa	25h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		370 horas
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 horas
TOTAL DO CURSO		410 horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
DIREITO E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E SUA INTERFACE COM OUTROS RAMOS DO DIREITO	Evolução histórica dos direitos fundamentais no Brasil e no mundo. A interface entre História, Direito e Política. Direito objetivo e subjetivo. Binômio de Janus. Eficácia vertical, horizontal e transversal dos direitos fundamentais. Aplicação direta e indireta dos direitos fundamentais. Repercussão dos direitos fundamentais nas relações privadas. Constitucionalização do Direito Civil. Teoria dos quatro status de Jellinek. Características dos direitos fundamentais. Extensão de direitos fundamentais a pessoas jurídicas, estrangeiros, apátridas e a animais. Tratamento constitucional dado aos direitos e garantias fundamentais à luz da jurisprudência do STF e do STJ. Estado de coisas inconstitucional. Tratados internacionais sobre direitos humanos e a posição destes no ordenamento constitucional brasileiro.
DIREITO ADMINISTRATIVO	Introdução ao Direito Administrativo. Sistemas administrativos. Administração Pública. Administração Pública no sentido subjetivo/orgânico/formal. Administração Pública no sentido material/objetivo/funcional. Princípios administrativos. Organização administrativa. Formas de prestação da atividade administrativa. Administração direta e indireta. Entidades paraestatais. Estudo dos órgãos. Características dos órgãos. Estudo da Administração descentralizada. Autarquias, agências. Consórcios públicos. Fundações. Sociedade de economia mista e empresa pública. Ato administrativo. Fato administrativo. Poderes administrativos. Deveres do administrador. Abuso de poder. Agentes públicos. Intervenção. Bens públicos. Responsabilidade civil do Estado.
SEGURANÇA ORGÂNICA	Medidas de segurança de recursos humanos. Segurança no processo seletivo. Segurança no desempenho das funções. Segurança no desligamento. Segurança na produção. Segurança na difusão e recepção. Segurança no manuseio. Segurança no arquivamento. Segurança na destruição. Segurança das instalações. Definições de medidas de segurança orgânica (pessoal, material, documentos, áreas e instalações).
ANÁLISE DE RISCOS	Definição e conceitos iniciais. Normas de gestão de riscos. Análise de risco como ferramenta de inteligência estratégica. Metodologias de análises de riscos.
MEDIDAS CAUTELARES, PRISÃO PROCESSUAL E LIBERDADE PROVISÓRIA	Delineamentos constitucionais e hermenêuticos indissociáveis para compreensão da prisão provisória e soltura. Medidas cautelares e prisão processual: visão panorâmica das prisões no ordenamento processual penal brasileiro e a cautelaridade das prisões processuais. Uso de algemas. Privacidade versus direito à informação. Prisão em flagrante de delito. Prisão temporária. Prisão preventiva. Dever de fundamentação. Execução provisória da pena no Tribunal do Júri. Soltura: institutos restabelecadores do status libertatis no curso das persecuções penais. Do relaxamento da prisão ilegal. A liberdade provisória. Revogação da prisão preventiva. Dever de revisão do decreto preventivo. Prisão domiciliar e habeas corpus coletivo.

SISTEMAS DE JUSTIÇA CRIMINAL	A Polícia. O Ministério Público. A Defensoria Pública. O Poder Judiciário. Sistema penitenciário. A Polícia Penal. Audiências de custódia.
NOÇÕES DE DIREITO PENAL	Aplicação da lei penal. Princípios. A lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Lei penal excepcional, especial e temporária. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. Pena cumprida no estrangeiro. Eficácia da sentença estrangeira. Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena. Interpretação da lei penal. Analogia. Irretroatividade da lei penal. Conflito aparente de normas penais. O fato típico e seus elementos. Crime consumado e tentado. Ilícitude e causas de exclusão. Excesso punível. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.
LEGISLAÇÃO ESPECIAL	Lei n. 12.850/2013 e suas alterações (Organizações Criminosas). Lei n. 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de Dinheiro). Lei n. 9.455/1997 e suas alterações (Antitortura). Lei n. 12.846/2013 e suas alterações (Anticorrupção). Lei n. 13.869/2019 (Abuso de Autoridade). Lei n. 8.429/1992 e suas alterações (Improbidade Administrativa). Lei n. 10.826/2003 e suas alterações (Estatuto do Desarmamento). Lei n. 11.343/2006 e suas alterações (Lei de Drogas). Lei n. 13.964/2019 (Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal).
EXECUÇÃO PENAL	Lei n. 7.210/1984 (Lei de Execução Penal). Portaria Interministerial MJ/SEDH n. 4.226/2010 (Estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública). Portaria MJSP n. 65/2019 (Formação da força tarefa de intervenção penitenciária no âmbito do DEPEN). Portaria MJSP n. 157/2019 (Disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências). Lei n. 13.675/2018 (Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; e, institui o Sistema Único de Segurança Pública). Decreto de Regulamentação n. 9.489/2018. Portaria MJSP n. 18/2020 (Aprova a Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública – DNAISP). Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública – DNAISP. Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária 2020–2023.
INTELIGÊNCIA PENITENCIÁRIA	Abordagem introdutória da atividade de inteligência. Inteligência no sistema prisional. Atuação do Serviço de Inteligência da Polícia Penal.
GERENCIAMENTO DE CRISES E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO SISTEMA PRISIONAL	Histórico das crises prisionais brasileiras e suas causas. Prevenção à crise penal. Controle das unidades prisionais brasileiras. Gerenciamento de crise: história, características, doutrina, aplicabilidade e discussões. Inteligência penal na prevenção, controle e auxílio no gerenciamento da crise prisional. Estudo de casos. Perfil comportamento como ferramenta na mediação de conflitos.
POLÍTICAS PÚBLICAS NO SISTEMA PRISIONAL	História e perfil das prisões. Reorganização e reformulação do sistema prisional. Políticas penitenciárias. Sistemas de política prisional.

<p>PROCEDIMENTO DISCIPLINAR APLICADO AO PRESO</p>	<p>Dos deveres e direitos do preso. Da disciplina nas unidades prisionais e fora delas. Da disciplina e dos destinatários. Das faltas. Do sujeito ativo e passivo na apuração das faltas disciplinares. Da apuração e processamento das faltas disciplinares e suas repercussões na execução penal do preso. Das sanções aplicáveis e das recompensas. Peculiaridades no sistema penitenciário federal. Do regime disciplinar diferenciado: história, características, natureza jurídica e discussões. Do sistema italiano de segurança máxima, regime do 41 Bis “Cárcere Duro” e suas semelhanças com o RDD. Estudo de casos.</p>
<p>CUSTÓDIA DE GRUPOS ESPECÍFICOS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO</p>	<p>Reflexões sobre as especificidades de mulheres (e crianças que acompanham suas mães), idosos, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, estrangeiros, indígenas e pessoas com sofrimento psíquico no sistema prisional. Abordagem de definições e conceitos. Estudo dos atos normativos que dizem respeito aos grupos específicos do sistema prisional: Portaria Interministerial n. 210/2014 (Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional – PNAME) e do Decreto n. 9.871/2019 (Dispõe sobre o Comitê Gestor da PNAME). Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras – Regras de Bangkoc. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero – Princípios de Yogyakarta. Resolução n. 287/2019 (Estabelece procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do poder judiciário). Resolução n. 252/2018 (Estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres mães e gestantes privadas de liberdade e dá outras providências). Resolução n. 348/2020 (Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente). Resolução n. 2/2017 (Dispõe sobre o encaminhamento de cópia de auto de prisão em flagrante delito de mulheres grávidas, lactantes e com filhos até doze anos incompletos ou com deficiência para o centro de referência em assistência social ou entidade equivalente). Resolução CNPCP n. 29/2022 (Institui, no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional e das Administrações Penitenciárias das Unidades Federadas, Diretrizes para o Programa Sobre Saúde Íntima e Menstrual das Mulheres Privadas de Liberdade). Medida cautelar na arguição de descumprimento de Preceito Fundamental 527, Distrito Federal, que trata do direito de opção das transexuais femininas e travestis pelo cumprimento de pena em unidades prisionais femininas ou masculinas, no último caso, em alas específicas, que lhes garanta a segurança. Lei n. 13.257/2016 [Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei n. 3.689/1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452/1943, a Lei n. 11.770/2008 e a Lei n. 12.662/2012]. Habeas Corpus 143.641 (Determina a substituição da prisão cautelar por domiciliar em favor de todas as mulheres presas gestantes ou mãe de crianças até doze anos ou de pessoas com deficiência).</p>
<p>POLÍTICAS SOCIAIS DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA</p>	<p>Da legislação aplicada ao egresso. Das políticas públicas aplicadas voltadas ao egresso. Políticas sociais desenvolvidas por entes privados aplicadas a pessoa egressa. Definição e importância do pré-egresso. Medidas de aplicação das políticas voltadas ao pré-egresso. Pesquisas e dados estatísticos sobre a reincidência no Brasil.</p>

FAQ DO CURSO

O curso de Pós-Graduação em Segurança Pública e Direito Penitenciário é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de Pós-Graduação em Segurança Pública e Direito Penitenciário é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

O curso de Pós-Graduação em Segurança Pública e Direito Penitenciário é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

Download de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!

Você a poucos



passos de muitos

futuros

gran.com.br

